



## **CONSELHO DE ENSINO PARA GRADUADOS ATA DA REUNIÃO DO DIA QUINZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS**

Aos quinze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, às 9h06, o Conselho de Ensino para Graduados reuniu-se em Sessão Ordinária, no auditório do Parque Tecnológico, sob a presidência Professor João Ramos Torres de Mello Neto. Estavam presentes à Sessão o Superintendente Geral de Pós-graduação e Pesquisa, Felipe Siqueira de Souza da Rosa, a Superintendente Acadêmica de Pós-graduação Fernanda Carvalho de Queiroz Mello; a Superintendente Administrativa, Marília Moraes Lopes, os Conselheiros Docentes representantes dos Centros Universitários: Claudia Moraes de Rezende (CCMN), Alexandre Guedes Torres (CCMN), Adriana Santarosa Vivacqua (CCMN), Juliana Beatriz Almeida de Souza (CFCH), Milton Nunes Campos (CFCH), Kátia Vergetti Bloch (CCS), Verônica Maria Araujo Calado (CT), Márcio de Almeida D'Agosto (CT) e Diego de Holanda Saboya Souza (CT). Os Conselheiros representante do Fórum de Ciência e Cultura: Carlos Renato Rezende Ventura, Eliane Guedes, Cláudia Rodrigues Ferreira de Carvalho, Marina Bento Soares. Os representantes do Campus Duque de Caxias: Luisa Andrea Ketzer e Leonardo Maciel de Oliveira Pinto. Os representantes discentes: Natália Silva Trindade, Thamyres Crystine Da Costa Abreu, Pedro D'Angelo da Costa e Julia Souza Correa. O representante dos técnicos-administrativos: João Sérgio dos Santos Assis. O representante do Campus Macaé: João Luiz Mendes Wanderley. O Presidente deu início aos trabalhos saudando todos os presentes e realizando sua autodescrição, informando que a Sessão trataria de temas relevantes, com destaque para a prorrogação de mandatos de representantes do CCS, a definição do calendário de Sessões Plenárias do CEPG para o ano seguinte, e o prosseguimento da apreciação do novo Regulamento de Pós-Graduação da UFRJ. **Expediente. 1.1-** Em seguida, o Presidente da Sessão apresentou informes da PR-2, comunicando que a Pró-Reitoria submetera um projeto institucional à CAPES, no âmbito do Programa Proeste, em articulação com a PR-5 (Extensão Universitária), voltado ao financiamento de ações de extensão vinculadas à pós-graduação. Esclareceu que a UFRJ realizou uma chamada interna, recebendo 220 propostas, das quais 75 foram selecionadas por Comissão conjunta PR-2/PR-5. O projeto final foi encaminhado à CAPES e aguarda deliberação. **1.1.1-** A Superintendente Fernanda Mello complementou as informações, explicando que dentro da proposta institucional foi permitida a incorporação de diferentes projetos sob um mesmo eixo temático, reforçando a natureza colaborativa da iniciativa. **1.1.2-** O Presidente da Sessão registrou ainda que, na noite anterior, fora submetido projeto institucional ao CNPq (Edital nº 35/2023), voltado à concessão de bolsas de mestrado e doutorado, ressaltando o esforço coletivo da PR-2 para ampliar as oportunidades de fomento aos Programas de Pós-Graduação (PPGs) da UFRJ. **1.2-** A Superintendente Fernanda Mello informou também que o sistema REDCap, amplamente utilizado em ensaios clínicos e pesquisas acadêmicas, passaria a operar sob domínio da UFRJ, sob a gestão do Serviço de TIC e com apoio da PR-2. Comunicou que seria emitido ofício circular aos PPGs, orientando os pesquisadores sobre

o procedimento de solicitação de acesso ao sistema, que funcionará como plataforma de gestão de formulários e dados de pesquisa, fortalecendo a governança informacional e a segurança científica institucional. Sem inscritos, passou-se a **Ordem do dia. 2.1- Resolução sobre o stricto sensu acadêmico**. Em seguida, convidou o Professor Fábio Neves Perácio de Freitas (autodescrição) para conduzir os trabalhos referentes à análise dos capítulos e artigos remanescentes. O Professor Fábio iniciou informando que a análise seria retomada a partir do Capítulo III – Da Autorização, Implantação, Acompanhamento e Desativação de Programas, especificamente a partir do Artigo 12º. **2.1.1-** Após leitura do referido artigo, o Conselheiro Milton Campos manifestou-se destacando a necessidade de prever a possibilidade de transformação de Programas de Pós-Graduação existentes em Programas Interunidades, visto que o texto atual contemplava apenas a criação de novos programas. O Conselheiro explicou que há cursos que, por sua natureza multidisciplinar, já envolvem docentes de mais de uma unidade acadêmica, citando o caso de seu programa, com professores das Faculdades de Medicina (sede e Macaé), Escola de Comunicação e Instituto de Psicologia. Argumentou que tais programas enfrentam dificuldades de gestão e sugeriu a inclusão de dispositivo que simplifique o processo de formalização como Interunidades, sem a necessidade de refazer todo o processo de criação. **2.1.2-** O Professor Fábio Freitas observou que o Artigo 3º, §2º, já previa a organização dos programas interunidades, e que a avaliação desses casos caberia ao CEPG, mas reconheceu que a proposta de Milton evidenciava uma lacuna quanto aos processos de reestruturação de programas, que ainda careciam de normatização específica. Diante disso, concluiu que a questão deveria ser tratada futuramente como parte de um capítulo sobre reestruturações, e não dentro do artigo referente à criação de novos programas. O Artigo 12º foi, assim, mantido na forma original e considerado pacificado. **2.1.3-** Passou-se à leitura e apreciação dos Artigos 13º e 14º, que tratam dos requisitos e documentação para autorização de cursos, elaborados com base nas normas da CAPES (APCN revisado em 2020). Ambos foram aprovados sem alterações. **2.1.4-** Em seguida, a Conselheira Juliana Beatriz Almeida de Souza (autodescrição) propôs a inserção de um novo artigo entre o 14º e o 15º, destinado a disciplinar o processo de reestruturação de Programas de Pós-Graduação, com remissão aos critérios de criação já existentes no Artigo 13º. A Conselheira explicou que a proposta visava assegurar clareza procedimental e que a descrição das reestruturações deveria conter apenas os itens modificados, evitando repetição desnecessária de toda a estrutura de criação. O Professor Fábio acolheu a sugestão e propôs que a Conselheira apresentasse minuta de redação ao final da Sessão para posterior inserção. **2.1.5-** Seguiram-se as leituras dos Artigos 15º a 21º, todos aprovados sem alterações. **2.1.6-** Iniciada a análise do Artigo 22º, o Conselheiro João Luiz Mendes Wanderley observou a importância de compatibilizar a redação com os Programas de Integração Graduação–Pós-Graduação, citando o caso do PRODBIO (em Macaé), que integra os cursos de graduação em Farmácia e Nutrição com o mestrado. O Conselheiro alertou que a exigência de diploma de graduação, prevista no caput do artigo, poderia colidir com a natureza desses programas de integração. Após breve discussão, manteve-se o texto original, com registro da observação para revisão final. **2.1.7-** Seguiram-se as leituras e aprovações dos Artigos 23º e 24º, sendo o último objeto de debate prolongado sobre a exigência de domínio de língua estrangeira nos processos seletivos e de titulação. O Professor Fábio Freitas apresentou o texto inicial, lembrando que o Regimento Geral da UFRJ prevê a exigência de proficiência em língua estrangeira no processo seletivo. **2.1.8-** A Conselheira Verônica Calado destacou que a proposta deveria harmonizar-se com o Regimento da Universidade e com as exigências da CAPES, sugerindo que cada programa tivesse autonomia para definir quantas e quais línguas exigir, desde que mantido o princípio da internacionalização. **2.1.9-** A Conselheira

Natália Silva Trindade apresentou proposta alternativa, enfatizando que a exigência de proficiência pode atuar como barreira de acesso à pós-graduação, especialmente para estudantes de origens socioeconômicas diversas. Defendeu que o texto destacasse a necessidade de políticas institucionais de apoio linguístico, propondo que o domínio fosse avaliado pela capacidade de leitura e compreensão de textos científicos, e não por certificações de nível avançado. **2.1.10-** A Conselheira Verônica Calado apoiou parcialmente a sugestão, destacando que a redação deveria preservar a autonomia dos PPGs e não contrariar normas do CONSUNI. **2.1.11-** O Conselheiro Milton Campos propôs incluir parágrafo esclarecendo que se considera língua estrangeira qualquer idioma distinto do português, para permitir o reconhecimento de línguas indígenas em situações específicas, bem como inserir a expressão “capacidade de leitura e/ou oralidade” para contemplar idiomas orais. **2.1.12-** O Presidente da Sessão manifestou ressalvas quanto a denominar uma língua indígena de “estrangeira”, solicitando manifestação dos conselheiros vinculados ao Museu Nacional, cuja experiência é mais próxima dessa realidade. **2.1.13-** A Conselheira Marina Soares relatou caso recente do PPGAS, em que se considerou a língua materna indígena como segunda língua, entendendo o português como língua adicional, exemplificando a necessidade de redação inclusiva. **2.1.14-** Após as intervenções, a Conselheira Juliana Beatriz sugeriu simplificar o texto, encerrando o parágrafo com a expressão “no segundo idioma”, suprimindo termos redundantes. **2.1.15-** A Conselheira Cláudia Carvalho defendeu que a língua materna não poderia ser tratada como estrangeira, sugerindo substituição por formulação genérica. **2.1.16-** A Conselheira Natália Trindade reforçou que o objetivo era dispensar a exigência adicional para candidatos indígenas, uma vez que já possuem domínio de idioma distinto do português, sendo suficiente o reconhecimento do bilinguismo. **2.1.17-** O Professor Fábio Freitas lembrou que o Artigo 26º trataria especificamente dos candidatos não lusófonos e que as adaptações deveriam manter coerência com esse dispositivo. **2.1.18-** A Conselheira Adriana Vivacqua alertou para a inclusão de pessoas surdas cuja língua materna é Libras, lembrando que a Lei nº 10.436/2002 reconhece a Libras como língua oficial, devendo ser contemplada no texto. **2.1.19-** O Professor Fábio Freitas reconheceu que o regulamento não previa menção a pessoas com deficiência (PCDs) e sugeriu que o CEPG institísse grupo de trabalho específico para elaborar norma complementar, dada a complexidade multidimensional do tema. **2.1.20-** A Secretária Adriene Campelo do Amaral observou que, uma vez que Libras é uma língua, o tema extrapola a dimensão da deficiência e requer consulta à DIRAC e a especialistas da área antes de redação final. **2.1.21-** A Conselheira Natália Trindade apresentou, então, proposta redacional elaborada com apoio da servidora Priscila, contemplando a inclusão da Libras como língua reconhecida no processo seletivo. **2.1.22-** A Conselheira Adriana Vivacqua sugeriu adotar integralmente o texto da Lei nº 10.436/2002 para assegurar conformidade jurídica. **2.1.23-** O Artigo 24º foi aprovado por unanimidade com as modificações indicadas, e ficou determinado que o tema de acessibilidade e PCDs seria objeto de regulamentação específica. **2.1.24-** Seguiram-se as aprovações dos Artigos 25º e 26º, sem alterações substanciais. **2.1.25-** Retomou-se, então, a discussão do Artigo 15º, referente à reestruturação de programas. A Conselheira Juliana Beatriz apresentou proposta de redação revisada, especificando que a justificativa da proposta deveria tratar exclusivamente da reestruturação e que, nos casos de incorporação de novos docentes, deveria haver comunicação às unidades de origem, preservando-se a ciência institucional. **2.1.26-** O Conselheiro João Sérgio reforçou a importância de explicitar a necessidade de justificativa específica da reestruturação e não do curso original. **2.1.27-** Após análise e pequenos ajustes de redação, o novo Artigo 15º foi aprovado por unanimidade. **2.1.28-** Iniciada a discussão do Artigo 28º, referente aos prazos de integralização e prorrogações,

houve ampla deliberação. **2.1.29-** A Conselheira Katia Vergetti Bloch questionou o sentido da expressão “sem considerar as prorrogações”, pedindo esclarecimento sobre a contagem dos prazos máximos. **2.1.30-** O Professor Fábio Freitas explicou que a redação buscava distinguir entre o prazo máximo de integralização (36 meses para mestrado, 60 meses para doutorado) e as prorrogações excepcionais, que somente o CEPG poderia aprovar. **2.1.31-** A Conselheira Marina Soares observou que os regulamentos das unidades diferem, citando o exemplo da COPPE, cujos cursos preveem 36 meses e prorrogação de seis meses concedida internamente. **2.1.32-** O Professor Bruno Diaz (participando por telefone) esclareceu que a redação foi elaborada para evitar divergências interpretativas sobre contagem de prazos e prorrogações, destacando que as prorrogações não integram o prazo máximo. **2.1.33-** O Conselheiro Milton Campos propôs incluir dispositivo determinando que os pedidos de prorrogação sejam apresentados ao CEPG com 60 dias de antecedência ao término do prazo de integralização, evitando jubramento automático. A proposta foi acolhida, e o texto ajustado conforme o consenso. **2.1.34-** A Conselheira Natália Trindade sugeriu reorganizar os parágrafos para dar maior clareza à sequência lógica das prorrogações. **2.1.35-** Após debate, o artigo foi aprovado com alterações redacionais e inclusão de novo inciso sobre antecedência mínima de solicitação. **2.1.36-** O Conselheiro Alexandre Torres propôs acrescentar parágrafo esclarecendo que a prorrogação do prazo acadêmico não implica prorrogação de bolsa, dado que as agências de fomento possuem regulamentos próprios. **2.1.37-** A proposta foi acolhida e resultou na criação do parágrafo 9º do artigo, aprovado por unanimidade. **2.1.38-** Em seguida, a conselheira Natália Trindade apresentou propostas adicionais referentes ao regime domiciliar e situações de cuidado, fruto de debate na APG e entre representantes discentes. Propôs incluir previsão de regime domiciliar para estudantes gestantes, pessoas com deficiência ou responsáveis por cuidados de terceiros, com comprovação documental e prazos proporcionais às circunstâncias. **2.1.39-** A Conselheira Eliane Guedes reforçou que, nesses casos, deveria constar a ressalva de que a prorrogação de bolsas não é automática, evitando interpretações equivocadas. **2.1.40-** O texto foi ajustado conforme as observações e incluído como Artigo 29º, com parágrafos sobre regime domiciliar e prorrogação motivada por trabalho de cuidado. **2.1.41-** A Conselheira Katia Bloch questionou a menção ao “oitavo mês de gestação”, argumentando que o regime domiciliar deveria se aplicar apenas em casos de gestação de risco, mediante critério médico. **2.1.42-** O Conselheiro João Luiz lembrou que há legislação federal que regulamenta o exercício domiciliar para qualquer estudante temporariamente impossibilitado de comparecer às aulas, sugerindo redação genérica. **2.1.43-** O artigo permaneceu em discussão pendente, sendo decidido que nova proposta de redação seria encaminhada à Secretaria do CEPG para consolidação e posterior apreciação em próxima Sessão. **2.1.44-** Encerradas as deliberações regimentais, o Presidente João Neto registrou agradecimento especial aos Conselheiros Renato Ventura, Eliane Guedes e Cláudia Carvalho, cujos mandatos se encerravam. **2.1.45-** O Professor João Neto destacou o papel fundamental de cada um para o fortalecimento institucional do Conselho, reconhecendo publicamente a dedicação, competência e espírito colaborativo demonstrados ao longo dos anos. **2.1.46-** O Professor Fábio Freitas expressou homenagem especial ao Conselheiro Renato Ventura, recordando sua longa atuação à frente da CCDP e seu caráter conciliador e bem-humorado. **2.1.47-** Em seguida, o Conselheiro Renato Ventura agradeceu emocionado, recordando seus seis anos e meio de participação no CEPG e ressaltando a cultura institucional de diálogo e cooperação que caracteriza o Conselho. **2.1.48-** A Conselheira Cláudia Rezende manifestou-se em nome da CLN, reconhecendo a competência e a generosidade profissional da Conselheira

Cláudia Carvalho, destacando seu equilíbrio e compromisso acadêmico. **2.1.49-** O Conselheiro João Luiz também registrou homenagem ao Conselheiro Renato, sublinhando seu papel acolhedor na integração de novos membros e a leveza com que conduzia as discussões nas Câmaras. **2.1.50-** A Conselheira Cláudia Carvalho agradeceu a oportunidade de ter integrado o CEPG e destacou que o colegiado é um espaço de aprendizado, cooperação e energia positiva, diferenciado na estrutura universitária. **2.1.51-** A Conselheira Eliane Guedes fez retrospecto de sua trajetória de oito anos no Conselho, expressando gratidão e afirmando que o CEPG é uma verdadeira “escola sobre a Universidade”, onde se aprende a compreender a complexidade institucional da UFRJ. O Presidente João Neto, encerrando os trabalhos, agradeceu a presença e dedicação de todos os conselheiros, ressaltando a importância do diálogo e do trabalho coletivo na consolidação das políticas de pós-graduação da Universidade. Nada mais havendo a tratar, a Sessão foi encerrada às 13h05. Para constar, eu, Adriene Campelo do Amaral, Secretária do CEPG, lavrei a ata que, após aprovação, será assinada pelo Presidente da Sessão, Professor João Ramos Torres de Mello Neto, e por mim.

Adriene Campelo do Amaral  
Secretária

João Ramos Torres de Mello Neto  
Presidente